

Campinas, 16 de maio de 2016.

Exmo. Reitor José Tadeu Jorge,

Em assembleia geral da categoria dos estudantes da Universidade Estadual de Campinas no dia 11 de maio de 2016, o corpo discente presente no local deliberou greve geral da categoria e a ocupação do prédio administrativo da reitoria. O intuito da ocupação foi o de servir de instrumento de mobilização em favor das pautas também deliberadas, unificadas e alinhadas nessa mesma assembleia. Por meio de uma negociação ampla, transparente e democrática em forma de audiência pública, o movimento reivindica:

1. Que se oficialize, nas negociações, que o espaço não será desocupado sem que haja um termo firmado e assinado com a garantia de que as pautas do movimento serão atendidas e de que nenhum estudante será penalizado ou punido institucional ou judicialmente por sua participação na mobilização;
2. A ampliação imediata da moradia estudantil e a reelaboração dos programas de permanência estudantil, seguindo a orientação do documento anexo (Anexo I);
3. A adoção de uma política de cotas étnico-raciais na graduação da UNICAMP como principal política afirmativa para promoção da inclusão social e étnico-racial na universidade, a ser construída em conjunto e de forma paritária com toda a comunidade acadêmica – estudantes, professores e funcionários – e juntamente aos movimentos sociais que levantam e constroem esse debate na universidade (Frente Pró-Cotas e Núcleo de Consciência Negra), por meio da aprovação do princípio das cotas étnico-raciais, referente ao documento em anexo; (Anexo II)
4. Revogação imediata da GR10/2016;
5. Que ocorra a reintegração imediata do estudante Paulo Rufino (Instituto de Geociências) e que todos as/os estudantes que se formaram pelo ENEM, mediante a comprovação de que estudaram em escola pública, tenham direito à pontuação do PAAIS;

6. A abertura das contas da UNICAMP, conforme a Lei Federal nº 12.527/2011;
7. O fim dos salários acima do teto do salário do governador do estado de São Paulo;
8. O fim do bônus vitalício dos cargos de gestão da universidade;
9. Extinção do Prêmio Zeferino Vaz;
10. Que a UNICAMP se posicione e pressione nacionalmente pela continuidade do PIBID;
11. Que a UNICAMP pressione o governo estadual pelo aumento do repasse do ICMS, que hoje é 9,57%, para 11,6%.

Aguardamos contato,

Ocupa Tudo Unicamp.

Anexo I

Detalhamento das pautas Maio/2016

Pauta Prioritária

1. Ampliação da moradia:

- Ampliar no mínimo de 10% dos alunos da UNICAMP, de acordo com o compromisso firmado na época da construção da moradia. Proporcional aos campi. (Mudar os dados correspondentes ao número de pobres na UNICAMP).
- Comprovação da existência do terreno da moradia assim como foi firmado na reunião com o Grupo de Trabalho de Ampliação em 2015;
- Participação dos moradores na discussão e decisão sobre o projeto de ampliação.

2. Casas para estudantes que constituam família (Estúdios):

- Das vagas do projeto de ampliação que 10 % sejam para estúdios.
- Que os estúdios sejam iguais às demais casas.
- Que sejam atendidas e respeitadas as diversas configurações familiares no processo seletivo do SAE para vagas em estúdios.
- Que os representantes discentes tenham maior acesso a lista de demanda por vagas de estúdios.

3. Creche

- Reestruturação do percentual de vagas da creche.
- Flexibilização nos horários de entrada e saída da creche, haja vista que os pais e mães possuem jornadas de trabalho e estudo diversas.
- Ampliação de vagas: que elas sejam suficientes para atender a todos os pais e mães estudantes que as pleiteiem.
- Contração de mais pedagogas - dobrar o efetivo.
- Atendimento pediátrico no CECOM para os filhos e filhas da(o)s estudantes.

4. Bolsa Auxílio Social – BAS

Ampliação do número de bolsas.

- Plano para conversão do caráter de bolsa trabalho para bolsa estudo.
- Fim do Critério do Coeficiente de Progressão Futuro (CPF) na BAS, assim como foi removido para desligamento da matrícula dos estudantes.
- Que todos e todas estudantes deferidos/as sejam contemplados/as.

5. Alimentação

- Contratação de mais funcionários sem concurso público para os Restaurantes Universitários. E efetivação das funcionárias/os terceirizadas/os dos Restaurantes Universitários
- Abertura do RS nas férias e abertura dos Restaurantes Universitários aos finais de semana e feriados.

7. Apoio Psicológico e Psiquiátrico

- Abertura de novos horários e agendas no SAPPE; contratação de novos funcionários.
- Formação continuada para assistentes sociais, psicólogas/os e demais funcionários do SAE sobre questões étnico/raciais, gênero/sexualidade e demais opressões.

8. SAE

- Discussão ampla e reformulação com participação dos/as estudantes dos critérios do SAE.
- Criação de um setor do SAE para lidar com as questões dos Cotistas.
- Profis: critérios de seleção de bolsas iguais aos dos demais discentes da universidade.
- Profis: que o valor da Bolsa Auxílio seja igual aos da graduação e sem contrapartida.
- Profis: que o acesso à moradia seja igual aos demais discentes e que eles continuem com direito ao termo após a conclusão do Profis.
- Que estudantes da modalidade “aluno especial” possam participar do processo seletivo.

9. Estrutura e deliberações da moradia

- Retorno do efetivo dos trabalhadores da moradia.
- Instalação imediata da lavanderia e da internet para todos/as os/as moradores/as.
- Que os representantes discentes tenham acesso aos recursos com tempo hábil anterior ao conselho deliberativo.

Anexo II

Documento Frente Pró-Cotas:

Carta aberta da Frente Pró-Cotas da UNICAMP

Cotas sim! Cortes não!

A Frente Pró-Cotas da Unicamp promove o debate acerca da importância das ações afirmativas como forma concreta de democratização da universidade pública. No Brasil, os resultados das políticas de cotas culminaram dois importantes momentos: **a ratificação unânime da constitucionalidade das cotas no STF/2012** e a sanção da Lei Federal 12.711/2012, a qual tornou obrigatória a reserva de vagas para pretos, pardos, indígenas, alunos de escola pública e de baixa renda nas IES federais de ensino superior e técnico.

Desde então, o movimento Pró-Cotas formou-se na luta por uma universidade pública verdadeiramente popular e no combate à desigualdade educacional, reflexo da desigualdade social e racial constitutivas de nossa sociedade. Atualmente, **todas as 59 universidades federais implementaram sistema de cotas estabelecido pela Lei 12.771 e 30 das 37 universidades estaduais** aplicam a modalidade de cotas como política de inclusão social e étnico-racial.

Duas universidades estaduais continuam optando por um sistema de bonificação, apesar de suas próprias experiências terem se demonstrado insuficientes no que concerne às metas de inclusão social e étnico-racial nessas universidades, que são: USP e Unicamp.

Em consonância ao debate nacional, a Frente Pró-Cotas tem trabalhado na ampliação das discussões sobre cotas étnico-raciais em nossa universidade. Realizamos várias discussões e eventos com estudantes, funcionários e professores nos últimos anos, pautando as cotas como instrumento efetivo e imprescindível de justiça social no âmbito do acesso à educação, ao conhecimento socialmente produzido e o combate ao racismo. O ponto culminante da nossa organização foi a **aprovação e implementação do projeto de cotas étnico-raciais na Pós-graduação do IFCH, proposta elaborada pela Frente Pró-Cotas, em 2014.**

Traçado esse histórico de luta e nesse contexto de crise política e econômica é preciso que nos unamos para proteger, fortalecer e radicalizar nossa democracia. Em uma universidade pública, como a Unicamp, isso significa abrir de fato suas portas às populações historicamente invisibilizadas da sociedade brasileira, ampliar suas formas de acesso e permanência estudantil, garantir a inclusão social e étnico-racial real e concreta. Através desse manifesto, apresentamos os pontos fundamentais para uma proposta de cotas étnico-raciais para a Unicamp, embasados na Legislação Nacional. São eles:

- **Não ao projeto de cotas da Reitoria**, por ser insuficiente frente às reais

demandas da vasta maioria da sociedade, que continua excluída do acesso à universidade pública;

- Que a Unicamp siga o marco legal do país, a Lei Federal 12.711/2012, e **adote as cotas como principal instrumento de ações afirmativas** na Universidade. Isso significa orientar sua política de cotas a partir da Lei de Cotas, a qual institui reserva de vagas de 50% para estudantes oriundos de escolas públicas, sendo metade das vagas destinadas a alunos cuja renda per capita é inferior a 1,5 salários mínimos e a outra metade de vagas destinadas a alunos cuja renda per capita é superior a 1,5 salários mínimos. Em ambos os casos, deverá ser reservado percentual **mínimo** de vagas proporcional às populações de negros e indígenas do estado, de acordo com o último censo do IBGE, em cada curso e turno na graduação;
- Que o modelo de cotas da graduação da Unicamp seja **construído** com os movimentos sociais internos que já fazem essa discussão (Frente Pró-Cotas e Núcleo de Consciência Negra) e por representantes discentes, docentes e funcionários, de forma **paritária**;